

## **O discurso jornalístico sobre a instalação da Comissão Nacional da Verdade**

*Carmen Abreu<sup>1</sup>*

---

1 Doutoranda em ciências da comunicação pela Unisinos, professora da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [carmenabreug@gmail.com](mailto:carmenabreug@gmail.com).

**Resumo**

A proposta é analisar os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico a partir de um corpus de textos publicados nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* sobre a instalação da Comissão Nacional da Verdade. A partir de pressupostos da análise de discurso (AD), com base no conceito de silenciamento (ORLANDI, 2007), observa-se que as manchetes destes jornais reforçam a dificuldade que a imprensa brasileira, em geral, ainda tem em enfrentar o tema da ditadura, pois não é capaz de situar seu leitor acerca da importância do resgate histórico deste período para a consolidação da democracia brasileira. Considera-se a cerimônia de instalação da referida Comissão como um acontecimento histórico e jornalístico atual que ao mesmo tempo está impregnado de passado e carrega uma expectativa de futuro.

**Palavras-chave**

Comissão Nacional da Verdade, silêncio, jornalismo, ditadura, história.

**Abstract**

The proposal is to analyze the meanings produced by journalistic discourse observing a corpus of texts published in the newspapers *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* and *O Globo* regarding the establishment of the National Truth Commission. Considering discourse analysis (DA) notions and based on the concept of silencing (ORLANDI, 2007), we observe that the newspapers headlines reinforce the difficulty still present in the Brazilian press in general facing the theme of dictatorship, not being able to inform the reader about the importance of the historical recovery of such period for the consolidation of Brazilian democracy. The ceremony for the establishment of the Commission is understood as a historical and current journalistic event that is at one time caught up in the past but also carries an expectation for the future.

**Keywords**

National Truth Commission, silence, journalism, dictatorship, history.

## Oportunidade para fortalecer a democracia

Depois de viver um período longo e doloroso de ditadura militar, o Brasil completa, em 2013, 29 anos de regime democrático contínuo. Em maio de 2012, a presidente Dilma Rousseff, instalou a Comissão Nacional da Verdade (CNV) que terá dois anos para examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos que ocorreram no país de 1946 a 1988, período que inclui a ditadura militar, além de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. A partir da cobertura que os meios de comunicação fizeram do trabalho realizado pelo grupo escolhido pela presidente Dilma Rousseff, se terá a dimensão do seu compromisso com a verdade, com a consolidação da democracia e com a justiça de transição<sup>2</sup>. Criada<sup>3</sup> em 18 de novembro de 2011, a CNV começou a existir, de fato, somente a partir de sua instalação, em 16 de maio de 2012, com uma cerimônia histórica que reuniu a presidente Dilma e quatro de seus antecessores, José Sarney, Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Neste texto, a proposta é analisar os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico, a partir de um corpus de textos publicados em alguns dos principais jornais brasileiros,<sup>4</sup> sobre a instalação da CNV, com base no conceito de silenciamento (ORLANDI, 2007). Pois, segundo M. Benetti (2007, p. 115),

- 2 "De forma muito simplificada, pode-se dizer que a noção de justiça de transição diz respeito à área de atividade e pesquisa voltada para a maneira como as sociedades lidam com o legado de violações de direitos humanos, atrocidades em massa ou outras formas de trauma social severo, ao término de um período de repressão ou conflito armado, com vistas à construção de um futuro mais democrático e pacífico", Mezarobba (2008, p. 9). Jornalista e doutora em Ciência Política pela USP, Glenda Mezarobba é autora do livro *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro*. Em entrevista ao jornal da Unicamp. Disponível em: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/novembro2008/ju415pdf/Pag09.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/novembro2008/ju415pdf/Pag09.pdf)
- 3 Lei nº 12.528 a CNV é formada por sete membros, designados pela Presidente da República, conforme o art. 2º, "dentre brasileiros, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos" Membros da Comissão da Verdade: Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada criminalista, professora, defendeu a presidente Dilma durante a ditadura; José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça; Gilson Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Claudio Fonteles, ex-procurador-geral da República; Paulo Sérgio Pinheiro, advogado e ex-secretário de Direitos Humanos; Maria Rita Kehl, psicanalista e escritora; e José Paulo Cavalcanti Filho, advogado e escritor.
- 4 *Folha de S. Paulo* (FSP), *O Estado de S. Paulo* (OESP), *O Globo* (GLOBO), *Jornal Nacional* (JN), entendendo-se este como o telejornal oficial do Brasil. Matérias publicadas nos dias 13, 14, 15, 16 e 17 de maio de 2012.

“uma frente de trabalho que se abre ao analista de discurso, especialmente no jornalismo, é a que problematiza a prática do silenciamento”. Qual será a contribuição dos grandes veículos de comunicação para o resgate da memória e da verdade histórica do Brasil? Este é um dos questionamentos que se pode fazer com a criação da CNV. “Saber é a primeira forma do poder, numa sociedade de informação democrática”, diz (NORA, 1974, p. 255).

Segundo Benetti (2007, p. 107), o jornalismo é um “lugar de circulação e produção de sentidos” cujo discurso é: “a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares”. Sabe-se que o campo do jornalismo é permeado por relações de poder cujo principal produto, a notícia, é construída sob a influência de diversos fatores, entre eles os econômicos, ideológicos, culturais e ainda a perspectiva do jornalista. Conforme Berger (2003, p. 21), “o território de um campo constitui-se a partir da existência de um capital e se organiza na medida em que seus componentes têm um interesse irreduzível e lutam por ele”. A credibilidade é o capital do campo do jornalismo. Ainda segundo Berger (1996, p. 190), “a luta que se trava no interior do Campo do Jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois nele se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público”. Neste sentido, o poder está com quem escolhe a manchete, a fotografia, a notícia da primeira página, o texto assinado, ou não.

### **A cobertura jornalística da CNV**

Os jornais FSP, *Globo* e OESP fizeram uma ampla cobertura da cerimônia que deu posse à Comissão, com manchetes de capa, inclusive, em suas edições de 17 de maio. Mas nenhum ouviu, neste dia, os representantes dos movimentos que lutam por justiça e pelos direitos humanos, ou ex-presos políticos ou, ainda, amigos e familiares de mortos e desaparecidos, apesar de estarem lá, vários deles. Porém, cabe ressaltar que os militares tiveram

voz, mesmo sem se identificarem, para manifestar seu descontentamento com a criação da Comissão. Na mesma linha, foi a cobertura do *Jornal Nacional* que, além de dar voz somente a este “lado da história”, não revelou aos seus telespectadores sequer os nomes dos membros da Comissão. Para S. Hall et al, “os media não relatam simplesmente e de uma forma transparente acontecimentos que são só por si ‘naturalmente’ noticiáveis. ‘As notícias’ são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e selecção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (1993, p. 224).

Neste sentido, com base nas noções de *agenda-setting* e enquadramento de M. McCombs e D. Shaw, 1993, R. Henn, lembra que “a postulação original aponta que os mídias noticiosos fornecem mais do que um certo número de notícias, mas também estipulam as categorias através das quais os consumidores podem tematizá-las” (2006, p. 179). Sendo assim, ainda segundo R. Henn, “as pessoas elaboram seus conhecimentos sobre o mundo a partir daquilo que a mídia inclui ou exclui do seu próprio conteúdo. Ao mesmo tempo, a capacidade de influência da mídia sobre o conhecimento daquilo que é importante e relevante varia segundo os temas tratados” (2006, p. 179). Dito de outra forma, os meios de comunicação para o autor, “podem não influenciar os receptores a ponto de determinarem aquilo que devem fazer, mas, com certeza, estabelecem os temas com os quais a sociedade se envolve e pensa durante algum período de tempo (BENTON e FRAZIER, 1976). Além disso, o jornalismo enquadra os temas sobre determinados enfoques”. Com base nestas colocações nos interessa aqui, também, destacar a consideração de R. Henn sobre memória,

Há, pelo menos, dois níveis de memória neste processo. Um deles refere-se aos sentidos que determinados temas ganham na construção de opinião pública, (...) o outro é constituído pelos próprios fatos noticiados transformados em fonte historiográfica ou mesmo do jornalismo no trabalho de reconstrução de fatos passados. Por outro lado, na medida em que o jornalismo participa ativamente da construção

social da realidade, é lógico pensá-lo como um grande produtor de memória coletiva. Traquina (2004) argumenta que, de uma concepção construcionista, torna-se impossível uma distinção radical entre realidade e os mídias noticiosos que deveriam refleti-la na medida em que estes próprios mídias atuam na constituição desta realidade. Mesmo que se desconsiderem as diversas interveniências do processo, só o fato do jornalismo poder incluir, excluir e hierarquizar os fatos segundo determinadas lógicas já o coloca como instância que dá forma ao que é *realidade relevante* (HENN, 2006, p.179, grifo do autor).

Nesta perspectiva, entende-se que o que está em disputa a partir da criação da CNV é a memória que a sociedade brasileira terá sobre o que aconteceu durante a ditadura. Para Carlos Araújo<sup>5</sup>, é muito difícil que se tenha um movimento de massa que exija, por exemplo, a punição de torturadores, pois a maioria da sociedade brasileira desconhece o que aconteceu nos porões da ditadura. É função do jornalismo apresentar/expor à sociedade brasileira, a partir do trabalho da Comissão e de outras instituições/organizações, o que aconteceu no período da ditadura no Brasil.

A ditadura no Brasil, embora tenha sido da mesma natureza que foi na Argentina, no Chile, no Uruguai, ela aqui no Brasil a repressão foi mais dirigida, lá houve uma repressão social, na Argentina não há uma família sequer que não tenha sido atingida pela ditadura, no Chile também. Aqui no Brasil não, ela foi mais seletiva e por ela ter sido mais seletiva ela ficou mais escamoteada, isso que torna difícil que a coisa tenha um caráter social mais amplo. Esses dias eu dei uma entrevista em uma televisão nossa local, na semana passada, e me impressionei depois com as pessoas que ligaram para minha casa e que estavam surpresas com a entrevista queriam saber se eu tinha mesmo sido preso e torturado e se a ditadura era aquilo mesmo, sou advogado de gente pobre, trabalhadores, as pessoas, mas como é, houve realmente tudo isso? (CARLOS ARAÚJO, TVE/RS, 2012).

---

5 Ex-deputado do RS e ex-marido de Dilma Rousseff, foi preso e torturado durante a ditadura. Entrevista ao programa Frente a Frente da TVE/RS no dia 10 de maio de 2012.

## Silenciamento e jornalismo

Segundo Benetti,

(...) o discurso jornalístico é, por definição plural. Logo, seria de se esperar que o texto jornalístico expressasse, ao menos em parte, a pluralidade de visões sobre um determinado tema, mas nem sempre é o que acontece. Em estudos do discurso, o não-dito tem tanta força quanto o dito (BENETTI, 2007, p.115).

Segundo Benetti (2007, p. 111), “o primeiro tipo de pesquisa para qual a AD é um método adequado diz respeito à análise dos sentidos do discurso jornalístico”. A autora ressalta que,

É preciso visualizar a estrutura do texto, compreendendo que esta estrutura vem “de fora”: o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior. O texto é a parte visível de processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário. A conjunção de forças que compõem o texto nem sempre é aparente – diríamos mesmo que raramente é visível por si mesma, e só o método arqueológico do analista de discurso pode evidenciar essa origem (BENETTI, 2007, p. 111).

Conforme destaca Pinto (1999, p. 7), “a análise de discursos procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados àqueles produtos na sociedade”. Sendo assim, ainda conforme o autor, “os produtos culturais são entendidos como textos, como formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita, e/ ou de outros sistemas semióticos no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente”.

A Análise de Discurso (AD) é um método que proporciona uma variada possibilidade de interpretação e por isso é necessário que o analista opte por conceitos e procedimentos de acordo com o objeto a ser estudado.

“Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais” (ORLANDI, 2000, p. 27).

Importante ressaltar a necessidade de se interligar o discurso ao seu exterior, observado os processos de produção, circulação e consumo de sentidos. “A análise de discursos não se interessa tanto pelo que o texto diz ou mostra, pois não é uma interpretação semântica de conteúdos, mas sim em como e por que o diz e mostra” (PINTO, 1999, p. 23).

Para Orlandi, “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc” (1988, p. 17). De acordo com a autora, o falante e o ouvinte ocupam um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. As palavras adquirem determinado sentido conforme a posição que o enunciador ocupa no plano social. Segundo Mariani,

A AD é uma ciência que situa seu objeto – o discurso – no campo das relações entre o linguístico e o histórico-ideológico, buscando, no interior deste campo, as determinações sociais, políticas e culturais dos processos de construção do sentido (ORLANDI, 1999, p. 107).

Nesta perspectiva, conforme Orlandi, “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (2000, p. 42). Portanto, segundo a autora, “podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (2000, p. 42). Deve-se considerar que as palavras alteram seu sentido de acordo com as posições daqueles que as utilizam.

Um discurso só obtém sentido no interior de um universo de outros discursos, espaço no qual ele deve delinear seu caminho. Neste sentido, segundo Maingueneau, “para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros – outros enunciados que são comentados, parodiados, citados,

etc” (2001, p. 55). Dois processos articulam o discurso, segundo Orlandi: a paráfrase e a polissemia. Segundo a autora, “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer” (2000, p. 36).

Para E. Orlandi, “falar em ‘efeitos de sentido’, é pois aceitar que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos. Daí a presença do equívoco, do sem-sentido, do sentido ‘outro’ e, conseqüentemente, do investimento em ‘um’ sentido” (2007, p.22). Segundo a autora, “aí se situa o trabalho do silêncio” (p. 22). O silêncio significa, pois sempre se diz a partir dele. Pode-se, desse modo, pensar o silêncio não como falta, mas a linguagem como excesso. Através de expressões que se opõem tais como: estar em silêncio/romper o silêncio; guardar o silêncio/tomar a palavra e ficar em silêncio/apropriar-se da palavra, percebe-se o silêncio como estado primeiro, surgindo a palavra a partir do movimento em torno. “Na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (p. 31).

Observar o silêncio é tarefa complexa, já que ele não está disponível a visibilidade. O silêncio passa pelas palavras, ele não dura. Dessa forma, só é possível vislumbrá-lo de maneira fugaz.

Para tratar da questão do silêncio, já que é impossível observá-lo (organizá-lo), podemos usar duas ordens de metáforas: a do mar e a do eco. Em ambas jogam a grande extensão e um certo movimento que retorna e, ao mesmo tempo, produz um deslocamento. “O final da onda que o mar sempre adia”. O mar: incalculável, disperso, profundo, imóvel em seu movimento monótono, do qual as ondas são as frestas que o tornam visível. Imagem. O eco: repetição, não-finitude, movimento contínuo. Também fresta para ouvi-lo. (ORLANDI, 2007, p. 32).

O silêncio não é interpretável e para compreendê-lo é preciso considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos. Só pode-se observá-lo a partir de seus efeitos (retóricos, políticos) e pelos muitos modos de construção da significação. De acordo com Orlandi, “quando se trata do silêncio, nós não temos marcas formais, mas pistas, traços. É por fissuras, rupturas, falhas, que ele se mostra fugazmente” (2007, p. 46). Para a autora, a política do silêncio (o silenciamento) “diz que – como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos” (p. 53).

### **Os sentidos silenciados na cobertura**

Com a divulgação dos nomes dos integrantes da CNV, ocorrido no dia 10 de maio de 2012, os jornais passaram a dedicar espaços em suas capas para o acontecimento, silenciando sentidos. A partir da análise de trechos das matérias publicadas busca-se identificar o que foi apagado, colocado de lado, excluído sobre o contexto e a criação da Comissão.

a) *“Dilma anuncia os integrantes da Comissão da Verdade”.*

*“Dilma indica grupo que vai investigar crimes da ditadura”.*

“Dilma anunciou os sete integrantes da Comissão da Verdade, criada há quase seis meses para investigar a violação aos direitos humanos entre 1946 e 1988. Ela incluiu ao grupo Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada que a defendeu quando foi presa pelo regime militar”.

(manchetes de capa das edições nacional e São Paulo respectivamente e texto de capa da edição nacional - FSP, 11/05/12).

b) *“Comissão deve focar violência dos dois lados, diz ex-ministro”.*

“O advogado José Carlos Dias, um dos integrantes da Comissão da Verdade, defende que o órgão analise tanto os atos criminosos cometidos

pelo governo contra seus opositores como o terrorismo da esquerda na ditadura militar (...) Para Dias, a Lei da Anistia não deve ser revista". (manchete e texto de capa – FSP, 14/05/12).

c) *"Comissão da Verdade já se divide sobre foco"*.

"A um dia de a Comissão da Verdade tomar posse, há discordância entre seus integrantes sobre a investigação: se deve focar violações supostamente cometidas só por agentes públicos ou também por militantes políticos. Para o diplomata Paulo Sérgio Pinheiro, o foco é o crime de agentes públicos: "Não existe essa bobajada de dois lados. O outro lado já foi assassinado". (manchete e texto de capa – *Globo*, 15/05/12).

d) *"Advogada defende que comissão não investigue esquerda"*.

"A advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha, que defendeu Dilma na ditadura quer que a Comissão da Verdade não apure crimes de militantes de esquerda, contrariando o ex-ministro da justiça José Carlos Dias. A lei fala em esclarecer violações aos direitos humanos, sem apontar lado". (manchete e texto de capa – FSP, 15/05/12).

e) *"Comissão da Verdade não vai investigar militantes"*.

"As declarações dos integrantes da Comissão Nacional da Verdade, que será instalada amanhã, indicam que eles se dedicarão à investigação de violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado no regime militar. Os atos de terrorismo praticados por militantes de esquerda ficarão de fora. "O único lado é o das vítimas", disse o diplomata Paulo Sérgio Pinheiro, um dos integrantes da comissão". (manchete e texto de capa – OESP, 15/05/12).

f) *"Acordo prevê que esquerda será investigada, afirma Jobim"*.

"Negociador da Comissão da Verdade, o ex-ministro Nelson Jobim (defesa), diz que um acordo previa a investigação de violações cometidas tanto pela ditadura como pela esquerda. Jobim afirma ter tratado do tema com Paulo Vanuchi, à época ministro da Secretaria de Direitos Humanos. Vanuchi nega o acordo: Reajo com indignação" (manchete e texto de capa – FSP, 16/05/12).

g) *"Comissão da Verdade mira desaparecidos"* (manchete de capa – OESP, 16/05/12).

h) *"Dilma: a busca da verdade agora é decisão de Estado - investigação de crimes da ditadura não abriga ressentimentos, diz presidente"*.

"Numa cerimônia histórica, ao lado de seus antecessores, a presidente Dilma Rousseff, ex-guerrilheira presa na ditadura militar, instalou ontem a Comissão da Verdade, criada para apurar violações de direitos humanos de 1946 a 1988. Dilma destacou que a iniciativa é um esforço de Estado para revelar a História recente do país, sem revanchismo".

"Assim como respeito e reverencio os que lutaram pela democracia (...), também reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram a redemocratização" (manchete, texto e citação em destaque de capa – *Globo*, 17/05/12).

i) *"Comissão da Verdade não será revanchista, diz Dilma - presidente descarta 'confrontos inúteis e afirma que grupo respeitará 'pactos nacionais' pela democracia"*.

"A presidente Dilma Rousseff instalou ontem, oficialmente, a Comissão da Verdade, que vai investigar violações dos direitos humanos cometidos sobretudo pelo regime militar. Ex-presa política, Dilma chorou ao discursar. Disse que a comissão não será movida por revanchismo, evitando 'confrontos inúteis', e que respeitará os 'pactos políticos' que nos levaram à redemocratização", em referência à Lei de Anistia" (manchete e texto de capa – OESP, 17/05/12).

j) *"Comissão da Verdade não deve ter ódio nem perdão, afirma Dilma"*.

"Ao dar posse a Comissão da Verdade, que investigará violações a direitos humanos entre 1946 e 1988, Dilma disse que o grupo não pode ter 'revanchismo', 'ódio' e tampouco 'perdão'. Torturada na ditadura, ela chorou ao falar dos desaparecidos, mas não mencionou a polêmica sobre a abrangência da apuração". Dilma disse que a comissão não será "de governo, mas de Estado", e promoveu uma inédita reunião de todos os ex-presidentes vivos: Sarney, Collor, FHC e Lula. A cerimônia foi acompanhada por comandantes militares, que não aplaudiram uma citação de Dilma aos que lutaram contra a truculência do Estado" (manchete e texto de capa – FSP, 17/05/12).

k) *"não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições".*

O JN também destacou o fato da Comissão não ter definido a extensão das investigações, "se ficará restrita aos agentes do governo ou se vai incluir violações praticadas por militantes de esquerda" (*Jornal Nacional* – 16/05/12).

Conforme E. Orlandi, "o silêncio não tem uma relação de dependência com o dizer para significar: o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras" (2007, p.66). A partir desta afirmação as observações que se fará não terão, necessariamente, relação direta com os enunciados, mas sim com o contexto que envolve sua produção. "Se ao falar afastamos sempre sentidos não desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele 'cala'" (ORLANDI, 2007, p. 152).

Entende-se que a cobertura que foi realizada, recortada aqui pelos trechos acima, está carregada de apagamentos. Não traduz a importância da criação da Comissão para a história política brasileira, pelo contrário, coloca em suspeição sua finalidade e objetivos. Os textos ignoram o contexto histórico e todos os movimentos sociais que levaram o governo a criar a CNV. É apagado ou calado o sentido de criação da Comissão que tem origem no Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), o que não deixa margem para existência de "dois lados" a serem esclarecidos. Os sentidos produzidos pelo silêncio da cobertura realizada, quando não situam os leitores sobre os objetivos da Comissão, reforçam os interesses dos militares e contribuem para a ignorância sobre os fatos ocorridos no período que será trabalhado pelo grupo. A partir da política do silêncio, E. Orlandi (2007), se diz "x" para não (deixar) dizer "y". Os sentidos que se quer evitar são apagados. "Podemos dizer, generalizando, que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras" (p. 74).

São apagados, nesta cobertura, toda a história que envolve os que lutaram pela democracia no Brasil, esses personagens, as vítimas, são excluídos do processo de produção. É deixado de lado o que mais importa neste momento, o resgate da memória histórica brasileira. “A tortura é, na revisão do passado, o tema menos resolvido no processo de democratização. Por isso, é nos acontecimentos que dizem respeito a esta ação dos militares que a tensão da interpretação é mais evidente” (BERGER, 2009, p. 4297).

### **Tentando concluir**

Com base no que foi exposto, pode-se afirmar que a democracia brasileira amadureceu, mas há muito que se fazer para sua consolidação efetiva. Para historiadores, ouvidos pelo jornal *O Globo*, a demora para a criação da Comissão e o não enfrentamento com militares sinalizam os obstáculos ainda enfrentados para o amadurecimento político brasileiro. O jornalismo é, neste contexto, um dos atores principais. Marcos Rolim, em sua coluna no jornal Zero Hora, questiona a aprovação da Lei da Anistia<sup>6</sup> como “fruto de acordo”, pois, na sua visão, “foi imposta pela ditadura a um Congresso maniqueado” (20 mai. 2012). Em 2010, o Supremo Tribunal Federal decidiu contra a revisão<sup>7</sup> da Lei da Anistia por sete votos a dois. A presidente Dilma, em seu discurso<sup>8</sup>, não menciona a Lei da Anistia, mas para o OESP, quando ela diz “reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização” está se referindo a Lei e para o Jornal ela “respeitará” esses pactos políticos. Para a FSP a “ex-guerrilheira comunista (...) sinalizou respeito à Lei da Anistia”.

6 Lei número 6.683 de 28 de agosto de 1979.

7 O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por uma revisão na Lei da Anistia (Lei nº 6683/79). A OAB pretendia que a Suprema Corte anulasse o perdão dado aos representantes do Estado (policiais e militares) acusados de praticar atos de tortura durante o regime militar.

8 Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=5yPBt3GSJuM>. Acessado em 12 jul. 2012.

Qual é, então, o significado subjacente do enquadramento e da função interpretativa da apresentação noticiosa? Sugerimos que esteja no facto de os media apresentarem frequentemente informações de acontecimentos que ocorrem fora da experiência directa da maioria da sociedade. Os media desta forma, apresentam a primeira, e muitas vezes a única, fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes. Mais ainda, dado que a notícia está repetidamente relacionada com acontecimentos que são 'novos' ou 'inesperados', aos media cabe a tarefa de tornar compreensível o que chamaríamos 'realidade problemática'. Os acontecimentos problemáticos rompem com as expectativas comuns e são, por conseguinte, ameaçadores para uma sociedade baseada na expectativa do consenso, ordem e rotina. Assim, o delineamento, por parte dos media de acontecimentos problemáticos dentro dos conhecimentos convencionais da sociedade é crucial de duas maneiras. Os media definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos (HALL et al., 1993, p. 228).

Com base na análise que fizemos, aqui, com notícias sobre a instalação da CNV, observa-se pouco esforço na busca do esclarecimento pleno da história recente brasileira. Os meios de comunicação terão dois anos, tempo de duração da Comissão, para exercer seu papel de informar a opinião pública e contribuir para o resgate da memória. Deverão dar a ver tudo o que for sendo descoberto a partir do trabalho realizado pela CNV e por todos os outros movimentos e acontecimentos que estão ocorrendo, como os "esculachos". "Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos" (ORLANDI, 2007, p. 102).

## Referências

BENETTI, M. "Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos". In: LAGO, C.; BENETTI, M. (org.). *Metodologias de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERGER, C. "Em torno do discurso jornalístico". In: FAUSTO NETO, Antonio; PINTO, Milton José (org.). *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

\_\_\_\_\_. "Memória enquadrada - 30 anos se passaram e Vlado segue morrendo". Texto apresentado no Congresso da SBPJOR, Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. "Jornalismo e memória e ditadura". Texto apresentado no 6º Congresso Sopcom, Lisboa, 2009.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, S. et al. "A produção social das notícias: o mugging nos media". In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

HENN, R. "Direito à memória na semiosfera midiaticizada". *Revista Fronteiras*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARIANI, B. "Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – a Revolução de 30". In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzatto, 1999.

MOUILLAUD, M. "Crítica do acontecimento ou o fato em questão". In: MOUILLAUD, M. PORTO, S. D. (orgs.). *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NORA, Pierre. "O regresso do acontecimento". In: Le Goff, J. *Novos Problemas*. Venda Nova: Bertrand, 1979.

ORLANDI, E. *Discurso & Leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PINTO, M. J. *Comunicação e Discurso*. São Paulo: Hacker, 1999.

QUERÉ, L. "Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento". In: *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. Lisboa, nº 6, 2005.